



483
se

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

AÇÃO RESCISÓRIA nº 0009558-94.2013.8.17.0000 (0314205-0)

AUTOR: JOSINALDO JOSÉ GOMES DA SILVA

ADVOGADO: MÉRCIA MARIA VEIGA LYRA CARDOSO

RÉU: MUNICÍPIO DE NAZARÉ DA MATA

RELATOR: Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

AÇÃO RESCISÓRIA - ART. 512 DO CPC - IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DE PEDIDO DIRIGIDO CONTRA A SENTENÇA SUBSTITUÍDA, NÃO CONTRA O ACÓRDÃO SUBSTITUTO - EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO.

1. "O julgamento proferido pelo tribunal substituirá a sentença ou a decisão recorrida no que tiver sido objeto do recurso." (Art. 512 do CPC).

2. *In casu*, a pretensão rescisória direciona-se contra a sentença de primeiro grau, contudo, nos termos do art. 512 do CPC o acórdão, que decidiu o mérito da causa, substituiu a decisão *a quo*, não sendo juridicamente possível pretender rescindir esta e deixar incólume o aresto substitutivo.

3. Sobre o tema, pertinentes as lições de José Carlos Barbosa Moreira: "*Sendo o recurso julgado no mérito, a decisão recorrida jamais chega a transitar em julgado; nem mesmo quando o órgão ad quem nega provimento ao recurso, 'confirmando' (como vulgarmente se diz) aquela decisão. O que poderá transitar em julgado é, sempre, o pronunciamento do órgão ad quem*".

4. Inexistindo, portanto, um dos requisitos para a condição da ação, impõe-se a extinção da ação rescisória, sem resolução do mérito, na forma dos arts. 267, VI, c/c art. 295, inc. I, parágrafo único, inc. III, do CPC.

5. Extingue-se o processo sem julgamento de mérito.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos, ACORDAM os Desembargadores integrantes do Grupo de Câmaras de Direito Público deste Tribunal de Justiça, por maioria de votos, em extinguir a presente ação rescisória sem resolução do mérito, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

Recife, 18 de junho de 2014.


Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
Relator



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

GABINETE DO DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

AÇÃO RESCISÓRIA nº 0009558-94.2013.8.17.0000 (0314205-0)

AUTOR: JOSINALDO JOSÉ GOMES DA SILVA

ADVOGADO: MÉRCIA MARIA VEIGA LYRA CARDOSO

RÉU: MUNICÍPIO DE NAZARÉ DA MATA

RELATOR: Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

RELATÓRIO

Vistos e examinados etc.

Cuida-se de ação rescisória movida por Josinaldo José Gomes da Silva, objetivando a desconstituição da sentença proferida pelo MM Juiz de Direito da Vara Única da Comarca Nazaré da Mata, com espeque no art. 485, V e VII do Código de Ritos.

Nos termos da atrial, Josinaldo José Gomes da Silva informa que impetrou Mandado de Segurança em desfavor da Prefeitura do Município de Nazaré da Mata, neste ato, representada pelo Senhor Prefeito do Município, defendendo o seu direito à nomeação e posse, haja vista que fora aprovado dentro do número de vagas no Concurso Público realizado por aquela Edilidade em que concorreu ao cargo de Gari.

Aduz que obteve a 60ª (sexagésima) colocação, tendo sido previstas 60 (sessenta) vagas para o referido cargo. Sustenta que a Administração argumentou a impossibilidade de convocá-lo, em razão de Medida Cautelar do Tribunal de Contas de Pernambuco impedindo-o de nomear os concursados, em atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal. O Município alegou ainda a discricionariedade administrativa na convocação, bem como a expectativa de direito do requerente quanto à nomeação e posse.

O autor noticia que o magistrado proferiu sentença denegando a segurança, sob o fundamento de que o impetrante não fazia jus à nomeação e posse no referido cargo, em face da Decisão do Tribunal de Contas, que determinou a suspensão de qualquer nomeação ou posse para cargos públicos, efetivos ou contratados no Município de Nazaré da Mata, sob pena de responsabilização.

Informa que interpôs Recurso de Apelação, ao qual foi negado provimento, sob o argumento de que existia nos autos informações relativas à

475
Se

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

GABINETE DO DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

prorrogação do certame, o que conduzia à possibilidade de nomeação do autor dentro daquele prazo. Anuncia que ofertou recursos de Agravo Legal, que foi desprovido, e Embargos de Declaração nº 9432-49.2010.8.17.0000 (0199485-8/02), que foram rejeitados. Em seguida, o autor interpôs recurso extraordinário (fls. 371-394), tendo a Vice-Presidência desta Corte lhe inadmitido (fl. 435/436), e a decisão transitado em julgado em 27.10.2011, conforme certidão de fl. 439.

O autor advoga a tese segundo a qual a sentença rescindenda violou o disposto no art.135, V, do Código de Processo Civil, porquanto foi proferida com parcialidade em favor da Administração. Aduz ainda que, à época, não pode fazer uso da informação de que havia expirado o prazo de validade do certame sem que a Administração procedesse com a sua nomeação até o último dia 24/08/2011, tudo em conformidade com o art. 485, incisos V e VII, do Código de Ritos.

Alega que, ao acatar os argumentos trazidos pela Administração Pública, relativos à Lei de Responsabilidade Fiscal, com respaldo em uma decisão administrativa proferida por um órgão auxiliar do controle das finanças públicas, a sentença fere a legalidade, eis que o direito subjetivo do requerente se sobrepõe aos argumentos defensivos lançados.

Verbera ainda que não deve prosperar qualquer argumento relativo à inexistência de recursos financeiros para arcar com as despesas decorrentes da nomeação e posse dos candidatos aprovados dentro do número de vagas, pois incumbe ao Município, ao publicar o edital, analisar a existência de dotação orçamentária prévia para fazer face a tais despesas.

Pugna pela procedência da presente ação, para rescindir a sentença proferida nos autos do processo de nº 225.2009.000095-2, e por novo julgamento que substitua a decisão de primeiro grau.

O Município de Nazaré da Mata ofereceu contestação na presente rescisória (v. fls. 454/464), alegando, em síntese, que: *i)* ao invés de atacar a decisão deste Egrégio Tribunal de Justiça, o autor se insurge contra sentença proferida pelo Juízo *a quo*, o que impede o conhecimento da presente rescisória; *ii)* a carência da ação, posto que não atende ao requisito de ofensa a dispositivo literal de lei (art. 485, V, do CPC); *iii)* o autor pretende rediscutir a coisa julgada com a alegação infundada de novo documento sem demonstrar efetivamente a ocorrência das figuras do art. 485 do CPC, o que se revela incabível, na medida em que a ação rescisória não pode servir de instrumento

476
Se

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

GABINETE DO DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

de mera apreciação da causa; iv) foi editada Lei nº 207/2011 reorganizando a estrutura administrativa do Município e reduzindo a quantidade de vagas de alguns cargos de provimento efetivo. A referida Lei não padece de qualquer vício, posto que editada com o único propósito de reorganizar o quadro de servidores efetivos e comissionados do Município de Nazaré da Mata.

O d. representante do Ministério Público com assento nesta Câmara de Direito Público ofereceu Parecer, às fls. 468/472, opinando pelo acolhimento da preliminar de errônea indicação da decisão rescindenda e, no mérito, pela improcedência da ação.

É o relatório, naquilo que se revela de essencial para o deslinde da controvérsia.

À revisão.

Recife, 23 de MAIO de 2014.


Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

Relator



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

484
H

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

AÇÃO RESCISÓRIA nº 0009558-94.2013.8.17.0000 (0314205-0)

AUTOR: JOSINALDO JOSÉ GOMES DA SILVA

ADVOGADO: MÉRCIA MARIA VEIGA LYRA CARDOSO

RÉU: MUNICÍPIO DE NAZARÉ DA MATA

RELATOR: Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

VOTO

De proêmio, trago à baila as lições de Fredie Didier e Leonardo José Carneiro da Cunha que destacam que a ação rescisória: *"ostenta a natureza de ação autônoma de impugnação, voltando-se contra a decisão de mérito transitada em julgado, quando presente pelo menos uma das hipóteses previstas no art. 485 do CPC"* (*Curso de direito processual civil: meios de impugnação às decisões judiciais e processo nos tribunais. 6 ed. Salvador: JusPodivm, 2008. p. 351*).

Do compulsar dos autos, observa-se que a parte autora intenta, através da presente ação, desconstituir a coisa julgada formada na sentença proferida no processo de origem, com espeque no art. 485, V e VII do CPC, por entender terem sido violados os art. 135, V, do Código de Processo Civil, e por alegar que, à época, não pode fazer uso da informação de que prorrogado o prazo de validade do certame, a Administração deixou de proceder com a sua nomeação até o último dia 24/08/2011.

Como se verifica da leitura da exordial, o autor visa rescindir a sentença proferida na ação de mandado de segurança (processo n.º 225.2009.000095-2), quando há julgamentos em relação a essa mesma sentença proferido pela Colenda 8ª Câmara Cível desta Corte, sendo relator o em. Des. Ricardo Paes Barreto (fls. 261/262), conforme se vê da decisão terminativa proferida em sede de apelação às fls. 261, do acórdão que julgou agravo na apelação n.º 199485-8/01 (fls. 309/310) e dos Embargos de Declaração n.º 199485-8/02, os quais restaram desacolhidos (fls. 362/363).

Pois bem. É cediço que o julgamento proferido por este Tribunal acabou por substituir a sentença prolatada pelo juízo *a quo*, tendo em vista o efeito substitutivo descrito no artigo 512 do CPC.

Nesse sentido, vejamos os termos do art. 512 do CPC:



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

485
AL

"O julgamento proferido pelo tribunal substituirá a sentença ou a decisão recorrida no que tiver sido objeto de recurso."

Em nota ao art. 512 do CPC, NELSON NERY e ROSA MARIA ANDRADE NEVES afirmam:

"Ação rescisória. Como o acórdão que dá ou nega provimento a recurso substitui a sentença impugnada, só ele está sujeito a ser impugnado por ação rescisória, e não a sentença. O fundamento da rescisória deve dirigir-se à decisão substitutiva e não à substituída" (in Código de Processo Civil comentado e legislação extravagante, 7ª. ed., São Paulo, Ed. Revista dos Tribunais, 2003, p. 879).

Em igual contextura, colham-se os ensinamentos de José Carlos Barbosa Moreira:

"Sendo o recurso julgado no mérito, a decisão recorrida jamais chega a transitar em julgado; nem mesmo quando o órgão ad quem nega provimento ao recurso, ' confirmando' (como vulgarmente se diz) aquela decisão. O que poderá transitar em julgado é, sempre, o pronunciamento do órgão ad quem".¹

Como já dito, o autor pleiteia a rescisão da sentença, quando ela foi substituída pelo acórdão proferido pela Colenda 8ª Câmara Cível desta Corte, assim, a pretensão autoral de rescindi-la não encontra lugar no ordenamento jurídico, porque foi substituída pela decisão colegiada que, após a interposição dos recursos cabíveis, transitou em julgado, estando, portanto, acobertada pelo manto da coisa julgada material.

Não é demais ressaltar, inclusive, que os fundamentos do acórdão foram diversos da sentença proferida pelo magistrado de piso. É que o magistrado de origem denegou a segurança com fulcro na impossibilidade de o Município nomear, em razão de decisão do Tribunal de Contas, sob pena de ofensa à Lei de Responsabilidade Fiscal, ao passo que a 8ª Câmara Cível desta Corte entendeu que, por existir a informação nos autos de prorrogação do prazo de validade do certame, a Administração Municipal poderia nomear o autor dentro daquele período de validade, e reconheceu a ausência de interesse do candidato.

¹ MOREIRA, José Carlos Barbosa. *Comentários ao Código de Processo Civil*. 11ed. Cit., p. 269 *apud* DIDIER JR, Fredie, CUNHA, Leonardo Carneiro. *Curso de direito processual civil*, vol. 3, 8ª ed. rev. ampl. atual., Salvador: Juspodium, 2010, p. 78.



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

GABINETE DO DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

Por oportuno, vejamos a ementa dos Embargos de Declaração nº 199485-8/02, cf. fl. 363:

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REDISSCUSSÃO DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. 1. A decisão recorrida assentou os seus fundamentos no fato de ter havido perda superveniente da pretensão mandamental, com a prorrogação do prazo de validade do concurso. 2. Não se negou a existência de direito subjetivo do embargante à nomeação, por ter sido aprovado dentro do número de vagas, apenas asseverou-se a inexistência de interesse na ação no presente momento, porque o prazo de validade do certame somente encerrará em 24/08/2011, data limite para nomeação dos candidatos aprovados dentro do número de vagas. 3. Eventual *error in judicando* da decisão embargada deve ser analisado na sede recursal excepcional própria, e não pela estreita via de aclaratórios. 4. Não vulneração do art. 37, IV, da CF/88, explicitamente prequestionado. 5. À unanimidade, negou-se provimento aos embargos declaratórios.

Como a ação rescisória se destina a desconstituir a coisa julgada material, que no caso se refere ao acórdão que substituiu a sentença, contra aquele é que o demandante deveria dirigir a *actio rescissoria*. Outrossim, registre-se que o *caput* do art. 485 do CPC emprega o vocábulo *sentença* que também abrange acórdãos, como na hipótese dos autos.

Assim, inexistindo um dos requisitos para a condição da ação, qual seja, a possibilidade jurídica do pedido, a pretensão do autor de rescindir a sentença não encontra lugar no ordenamento jurídico, na medida em que ela foi substituída por acórdão que transitou em julgado.

Conforme anotação feita por THEOTONIO NEGRÃO e JOSÉ ROBERTO F. GOUVÊA², em relação ao art. 267, nota 33:

Por possibilidade jurídica do pedido entende-se a admissibilidade da pretensão perante o ordenamento jurídico, ou seja, previsão ou ausência da vedação, no direito vigente, do que se postula na causa. (STJ-RT 652/183, maioria).

Nesta diretriz, confirmam-se os seguintes escólios do c. Superior Tribunal de Justiça:

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO RESCISÓRIA. INCOMPETÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. PRETENSÃO DE RESCISÃO DE JULGADO PROFERIDO POR TRIBUNAL

² Código de Processo Civil e legislação processual em vigor, 37ª ed., Ed. Saraiva, p. 358.



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

48x
R

GABINETE DO DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
REGIONAL FEDERAL. ART. 113, § 2.º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. REMESSA DOS AUTOS. ACÓRDÃO RESCINDENDO CORRETAMENTE INDICADO. MERO ERRO NO ENDEREÇAMENTO. 1. A extinção da ação rescisória sem julgamento do mérito, em detrimento da remessa dos autos ao Tribunal competente nos termos do art. 113, § 2.º, do Código de Processo Civil, quando reconhecida a incompetência do Superior Tribunal de Justiça, somente é possível quando o autor não indica corretamente o acórdão a ser rescindido, sob pena de incorrer na alteração do pedido da demanda. 2. Agravo regimental desprovido. (STJ, Relator: Ministra LAURITA VAZ, Data de Julgamento: 28/10/2009, S3 - TERCEIRA SEÇÃO, undefined).

AGRAVO REGIMENTAL. AÇÃO RESCISÓRIA. INCOMPETÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. REMESSA AO TRIBUNAL COMPETENTE. POSSIBILIDADE. 1. Esta Corte tem feito distinção entre o erro no ajuizamento de ação rescisória em razão da competência, e o erro no ajuizamento em razão da matéria. No primeiro caso, entende-se que há a possibilidade de se remeter o processo ao Tribunal competente, porquanto o erro derivou tão somente de mera indicação do juízo competente, mantendo-se incólume a inicial quanto ao combate ao acórdão rescindendo. No segundo caso, tem-se afirmado ser inviável a remessa dos autos, na medida em que a inicial se insurge contra acórdão equivocado, caso em que não poderia o relator corrigir o mérito do pedido. 2. Enquadramento da presente rescisória no primeiro caso, razão pela qual viável a remessa dos autos ao Tribunal competente. 3. Agravo regimental improvido. (STJ, Relator: Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Data de Julgamento: 25/11/2009, S3 - TERCEIRA SEÇÃO, undefined)

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO RESCISÓRIA. ERRO NO AJUIZAMENTO EM RAZÃO DA MATÉRIA. EXTINÇÃO DO PROCESSO. EMENDA À INICIAL. IMPOSSIBILIDADE. O erro no ajuizamento em razão da matéria torna defesa a remessa dos autos ao Tribunal competente quando a petição inicial insurge contra julgado equivocado, hipótese distinta de mero erro na indicação do juízo, o que implica na extinção da ação rescisória, sem julgamento do mérito. (Nesse sentido: AR 3.851/MG, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura Terceira Sessão, julgado em 22.9.2010, Dje 22.10.2010; AR 4.004/SP, Rel. Min. Benedito Gonçalves, Primeira Seção, julgado em 23.2.2011, Dje 2.3.2011.) Agravo regimental improvido. (STJ - AgRg no REsp: 1249780 RJ 2011/0089408-2, Relator: Ministro HUMBERTO MARTINS, Data de Julgamento: 04/08/2011, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: Dje 17/08/2011, undefined)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO RESCISÓRIA FULCRADA NO ART. 485, VI, DO CPC. ACÓRDÃO RESCINDENDO QUE CONFIRMOU A CONDENAÇÃO POR ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, MAS NÃO SINDICOU A RESPEITO DA PROVA TESTEMUNHAL REPUTADA FALSA PELA AUTORA. MANIFESTA INCOMPETÊNCIA DO STJ PARA PROCESSAR E JULGAR O FEITO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 515/STF. IMPOSSIBILIDADE DE REMETER OS AUTOS AO JUÍZO COMPETENTE. 1. Não se verifica que a autora carece do direito de ação. Isso porque ela é parte legítima para figurar



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

GABINETE DO DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

no pólo ativo do presente feito, já que os efeitos do acórdão que se pretende rescindir estão tão somente voltados contra ela. Por essa mesma razão, infere-se estar presente o interesse processual de agir. O pedido de rescisão é juridicamente possível. A autora também atendeu aos requisitos dos arts. 282 e 283 do CPC, em atenção aos pressupostos processuais. 2. O STJ é manifestamente incompetente para processar e para julgar este processo. Isso porque o acórdão proferido pela Segunda Turma confirmou o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça paulista, mas não sindicou a respeito da prova testemunhal, reputada falsa pela autora. Precedentes: AR 4.214/SC, Relatora Ministra Eliana Calmon, Primeira Seção, DJ de 10 de setembro de 2010; AR 3.316/AL, Relator Ministro Herman Benjamin, Primeira Seção, DJ de 22 de março de 2010; e AgRg na AR 3.827/SP, Relator Ministro Humberto Martins, Primeira Seção, DJ de 22 de outubro de 2009. 3. Incidência, na presente hipótese, da Súmula n. 515/STF, segundo a qual, litteratim: "[a] competência para a ação rescisória não é do Supremo Tribunal Federal, quando a questão federal, apreciada no recurso extraordinário ou no agravo de instrumento, seja diversa da que foi suscitada no pedido rescisório". 4. A remessa dos autos ao Tribunal de Justiça de São Paulo é defesa, porquanto houve erro no ajuizamento em razão da matéria, já que a petição inicial se insurge contra julgado equivocado, hipótese distinta daquela em que há mero erro na indicação do juízo competente. Precedentes: AgRg na AR 4.079/PR, Relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Seção, DJ de 1 de junho de 2009; AgRg na AR 3.133/SP, Relatora Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Terceira Seção, DJ de 7 de dezembro de 2009; e AgRg na AR 2.973/RJ, Relator Ministra Laurita Vaz, Terceira Seção, DJ de 17 de novembro de 2009. 5. Ação rescisória julgada extinta sem exame do mérito em face da incompetência do STJ. Honorários advocatícios arbitrados no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais). (STJ, Relator: Ministro BENEDITO GONÇALVES, Data de Julgamento: 23/02/2011, S1 - PRIMEIRA SEÇÃO, undefined)

No mesmo sentido, colham-se os precedentes dos Tribunais Pátrios:

ACÇÃO RESCISÓRIA. PREVIDÊNCIA PÚBLICA. DESCONSTITUIÇÃO DA SENTENÇA. IMPOSSIBILIDADE. SUBSTITUIÇÃO PELA DECISÃO QUE JULGOU O RECURSO DE APELAÇÃO. EFEITO SUBSTITUTIVO DESCRITO NO ARTIGO 512 DO CPC. IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO CONFIGURADA. A pretensão da autora de rescindir a sentença não encontra lugar no ordenamento jurídico, na medida em que ela foi substituída pela decisão que julgou o recurso de apelação, tendo em vista o efeito substitutivo descrito no artigo 512 do Código de Processo Civil. Inexistindo um dos requisitos para a condição da ação, impõe-se a extinção da ação rescisória, sem resolução do mérito, na forma dos arts. 267, VI, c/c art. 295, inc. I, parágrafo único, inc. III, do CPC. ACÇÃO RESCISÓRIA JULGADA EXTINTA, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, EM DECISÃO MONOCRÁTICA. (Ação Rescisória Nº 70056116247, Terceira Câmara Especial Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Adriana da Silva Ribeiro, Julgado em 26/08/2013) (TJ-RS - AR: 70056116247 RS, Relator: Adriana da Silva Ribeiro, Data de Julgamento: 26/08/2013, Terceira Câmara Especial Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 16/09/2013, undefined)



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

489

AÇÃO RESCISÓRIA - PRELIMINAR SUSCITADA DE OFÍCIO - SENTENÇA CONFIRMADA PELO TRIBUNAL - ACÓRDÃO SUBSTITUTIVO - ART. 512 DO CPC - IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DE PEDIDO DIRIGIDO CONTRA A SENTENÇA SUBSTITUÍDA, NÃO CONTRA O ACÓRDÃO SUBSTITUTO - EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. - O fundamento da ação rescisória deve se dirigir contra a decisão substitutiva, o acórdão, não contra a substituída, a sentença. - Se a ação rescisória não trata da matéria apreciada no acórdão que substituiu a sentença, impõe-se a extinção do feito sem resolução de mérito, por impossibilidade jurídica do pedido. (TJ-MG - AR: 10000100465517000 MG, Relator: Amorim Siqueira, Data de Julgamento: 16/04/2013, Câmaras Cíveis / 9ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 22/04/2013, undefined)

PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. AÇÃO RESCISÓRIA. ACÓRDÃO SUBSTITUÍDO PELA DECISÃO PROFERIDA NO COLENDO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. ART. 512 DO CPC. INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DESTA CORTE REGIONAL. 1. Na demanda subjacente discutiu-se o preenchimento dos requisitos necessários à percepção de pensão por morte, cuja matéria foi integralmente apreciada no Colendo Superior Tribunal de Justiça. 2. "O julgamento proferido pelo tribunal substituirá a sentença ou a decisão recorrida no que tiver sido objeto do recurso." (Art. 512 do CPC). 3. Tendo em vista o efeito substitutivo produzido pelo julgamento do mérito do recurso especial, todas as questões trazidas nesta ação rescisória como causas de pedir, para a rescisão do julgado, deveriam ter sido propostas perante aquela Corte Superior, que por último conheceu e apreciou o mérito da causa. 4. Consoante precedentes do E. STJ, é inviável a remessa dos autos ao Juízo competente quando há erro no ajuizamento em razão da matéria, como na espécie, em que a pretensão inicial é de rescisão de julgado desta Corte Regional, não sendo possível, nesta oportunidade, a alteração do pedido. 5. Agravo desprovido. Decisão mantida. (TRF-3 - AR: 17876 SP 0017876-31.2009.4.03.0000, Relator: DESEMBARGADORA FEDERAL DALDICE SANTANA, Data de Julgamento: 23/05/2013, TERCEIRA SEÇÃO, undefined)

AGRAVO REGIMENTAL. AÇÃO RESCISÓRIA. FENÔMENO DA SUBSTITUIÇÃO. ARTIGO 512 DO CPC E SÚMULA 192 DO TST. INÉPCIA DA INICIAL. Impositivo o decreto de inépcia da petição inicial da ação rescisória, proposta com o objetivo de desconstituir pronunciamento de primeiro grau em matéria tratada na instância ad quem, porquanto incidente o fenômeno da substituição, em conformidade com o disposto no artigo 512 do CPC e Súmula nº 192 do TST. Agravo conhecido e desprovido. (TRT-10 - AR: 7820090001000600078-2009-000-10-00-6, Relator: Juiz Paulo Henrique Blair, Data de Julgamento: 12/08/2009, 1ª Seção Especializada, Data de Publicação: 27/08/2009, undefined)

AÇÃO RESCISÓRIA. EXTINÇÃO. EFEITO SUBSTITUTIVO. INTELIGÊNCIA ARTIGO 512 DO CPC. IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. 1. A pretensão rescisória direciona-se contra a sentença de primeiro grau, contudo, nos termos do art. 512 do CPC o acórdão, que decidiu o mérito da causa, substituiu a decisão a quo, não



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

GABINETE DO DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

sendo juridicamente possível pretender rescindir esta e deixar incólume o aresto substitutivo. 2. Com fulcro no art. 267, VI, do CPC, extingue-se o processo sem julgamento de mérito. (TJ-MA - AR: 279462004 MA , Relator: MARIA DULCE SOARES CLEMENTINO, Data de Julgamento: 30/01/2006, SAO LUIS, undefined)

Forte em tais razões, voto pela extinção da ação rescisória, sem resolução do mérito, na forma dos arts. 267, VI, c/c art. 295, inc. I, parágrafo único, inc. III, do CPC, devendo o autor arcar com o pagamento das custas e honorários advocatícios sucubenciais no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais).

É como voto.

Recife, 18^o JUNHO de maio de 2014.


Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
Relator



na
v

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

Grupo de Câmaras de Direito Público

Ação Rescisória nº. 0314205-0 (NPU nº. 0009558-94.2013.8.17.0000)

Autor: Josinaldo José Gomes da Silva

Réu: Município de Nazaré da Mata

Relator: Des. Jorge Américo Pereira de Lira

Revisor: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

VOTO DE REVISÃO

Trata-se de Ação Rescisória ajuizada por Josinaldo José Gomes da Silva contra o Município de Nazaré da Mata visando a desconstituição de sentença proferida no Mandado de Segurança, processo nº 0000095-40.2009.8.17.0980, pelo Juízo da Vara Única daquele Município, com fulcro no art. 485, incisos V e VII, do CPC.

Analisando os documentos carreados aos autos, verifico que a presente ação deve ser extinta sem julgamento do mérito por falta de preenchimento de uma das condições da ação, qual seja, a possibilidade jurídica do pedido, em decorrência de visar a desconstituição de sentença de mérito substituída, posteriormente, por acórdão do Tribunal de Justiça de Pernambuco.

De acordo com o art. 512, do CPC, o julgamento proferido pelo tribunal substituirá a sentença objeto de recurso. Sendo assim, apenas a decisão transitada em julgado pode ser rescindível dentro do prazo decadencial de 02 (dois) anos. No caso, a decisão transitada em julgado foi o acórdão substitutivo, não a sentença que quedara substituída.

Sobre o tema, o Superior Tribunal de Justiça possui jurisprudência solidificada conforme se depreende dos arestos abaixo colacionados:

RECURSO ESPECIAL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO RESCISÓRIA AJUIZADA EM FACE DE ACÓRDÃO QUE NÃO CONHECEU DO RECURSO DE APELAÇÃO POR INTEMPESTIVIDADE. AUSÊNCIA DE JULGAMENTO DE MÉRITO. INADMISSIBILIDADE DA VIA ELEITA.

1



492
2

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO E, NA EXTENSÃO, PROVIDO. 1. Não é cabível ação rescisória de acórdão que não conheceu de apelação por intempestividade. **2. Somente os acórdãos que enfrentam o mérito da questão são sujeitos a rescisão, na forma do art. 485, caput, do CPC. Nesse caso, o pronunciamento do órgão ad quem substitui a sentença contra a qual foi manejada o recurso.** Porém, tal não ocorre quando o tribunal competente para o julgamento do apelo, dele não conhece. Nesse caso, não havendo substituição da sentença hostilizada, somente essa poderá dá ensejo ao ajuizamento de ação rescisória, mas não o acórdão. 3. Ademais, o prolongamento por tempo indeterminado de litígios judicializados, ainda que no âmbito de relação processual diversa da original, é incompatível com o direito à duração razoável do processo, intimamente ligado à idéia de proteção judicial efetiva. 4. Recurso especial parcialmente conhecido e, na extensão, provido (STJ - REsp: 474022 RS 2002/0143295-6, Relator: Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Data de Julgamento: 28/04/2009, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 11/05/2009)

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. AÇÃO RESCISÓRIA. AJUIZAMENTO CONTRA SENTENÇA. EXISTÊNCIA DE ACÓRDÃO. IRREGULARIDADE. 1. A ação rescisória ajuizada contra a sentença proferida no processo de conhecimento, quando há acórdão proferido pelo Tribunal de origem substituindo tal sentença, é inviável de ser analisada. 2. Agravo regimental improvido. (STJ - AgRg no REsp: 337443 PE 2001/0095281-5, Relator: Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Data de Julgamento: 10/06/2008, T6 - SEXTA TURMA, Data de Publicação: DJ 23.06.2008 p. 1)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO RESCISÓRIA. PEDIDO. DIREÇÃO CONTRA SENTENÇA. EXISTÊNCIA DE ACÓRDÃO POSTERIOR QUE A SUBSTITUIU. PEDIDO. IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. ALEGAÇÃO GENÉRICA. ARTS. 485, V, E 512 DO CPC. SÚMULA 284/STF. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. NÃO CONFIGURAÇÃO. 1. Alegações genéricas quanto às prefaciais de afronta ao art. 535 do Código de Processo Civil não bastam à abertura da via especial pela alínea "a" do permissivo constitucional, a teor da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal. 2. Há deficiência argumentativa quando o preceito legal apontado como violado (arts. 485, V, e 512 do CPC) não é suficiente para amparar a tese defendida no recurso especial. Precedentes. 3. O fundamento utilizado no acórdão paradigma a título subsidiário (obiter dictum) não serve de parâmetro de controle da divergência jurisprudencial. Precedentes. 4. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no REsp 1369630/BA, Segunda Turma, Rel. Min. Og Fernandes, DJe 20/11/2013)

Destaque-se que igual solução vem sendo adotada por esta Corte de Justiça:

2



493
R

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

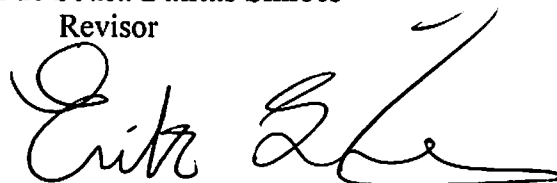
PROCESSUAL CIVIL. RESCISÓRIA. CARÊNCIA DE AÇÃO. EXTINÇÃO DO PROCESSO, SEM ENFRENTAMENTO DO MÉRITO. DECISÃO UNÂNIME. - Como o Acórdão que dá ou nega provimento ao apelo substitui a sentença, somente ele está sujeito a ser impugnado pela via da ação rescisória, e não a sentença, isso porque o fundamento da rescisória deve dirigir-se ao pronunciamento judicial substitutivo e não ao substituído, como aqui se passou. (TJ-PE - AR: 63927 PE 9400004098, Relator: Frederico Ricardo de Almeida Neves, Data de Julgamento: 26/01/2010, 1ª Câmara Cível, Data de Publicação: 55)

Por todo o exposto, voto pela extinção do processo sem resolução do mérito com fulcro no art. 267, VI, do CPC, devendo as custas e honorários advocatícios sucumbenciais no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) serem suportados pelo autor.

É como voto.

Recife, 18 de junho de 2014.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Revisor





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO – 18 06 2014

AÇÃO RESCISÓRIA Nº 314205-0 – NAZARÉ DA MATA

AUTOR: JOSINALDO JOSÉ GOMES DA SILVA

RÉU: MUNICÍPIO DE NAZARÉ DA MATA

RELATOR: DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

REVISOR: DESEMBARGADOR ERIK DE SOUSA DANTAS SIMÕES

RELATÓRIO ÀS FLS. 474/476 DOS AUTOS.

VOTO DO RELATOR ÀS FLS. 484/490 DOS AUTOS.

DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO (RELATOR)

O autor ele ataca, ele se volta contra a sentença, e não contra o acórdão que substituiu a sentença. Então, na verdade, o objeto da rescisão deveria ser o acórdão. O acórdão é que é o objeto do pedido da rescisão, devia ser, mas ele se dirigiu integralmente contra a sentença, atacou tão-somente a sentença.

DESEMBARGADOR RICARDO PAES BARRETO

Desembargador Jorge, com a permissão da Presidência, a sentença foi desfavorável, evidentemente a ele, e o acórdão foi favorável? Vossa Excelência tem ciência? Eu indago porque, a depender, poderia se dar oportunidade de a parte emendar a inicial e juntar a cópia do acórdão, porque é bem possível que o acórdão esteja ratificando o conteúdo da sentença contrário aos interesses do autor, e é cediço que nem todo advogado está devidamente preparado, principalmente para advocacia em tribunais que é uma advocacia um pouco diferenciada que exige esse conhecimento mais específico de requisitos, uma série de fatores que são diferenciados de uma ação comum. Se o acórdão ratificou a sentença foi a crítica uma impropriedade porque inibir a prestação da tutela jurisdicional, mesmo que para negar por uma questão formal dessa, eu acho que... (Interrompido)

DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS FIGUEIRÊDO (PRESIDENTE)

Mas há discussão se há ofensa literal ao 435, tudo isso tem que visto pela natureza de ser uma rescisória.

Pantos



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR RICARDO PAES BARRETO

Mas, talvez, senhor Presidente, o advogado inadvertidamente, sem um preparo adequado para causa, ele foi em cima da sentença porque, penso eu, o acórdão apenas ratificou tudo que constava da sentença.

DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS FIGUEIRÊDO (PRESIDENTE)

Eu acho que essa é uma hipótese plausível; mas, além disso, eu indago é se os pressupostos da estrita via da rescisória estão presentes também? Porque tem ofensa literal à dispositivo de lei, tem que ver tudo isso.

DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO (RELATOR)

Suscetível de rescisão é o acórdão, o acórdão rescindendo. Ele atacou a sentença. Na origem é o mandado de segurança. O mandado de segurança tratando sobre concurso público. No Primeiro Grau o mandado de segurança foi... (interrompido)

DESEMBARGADOR RICARDO PAES BARRETO

Eu penso que essa inicial poderia ser emendada com observação adequada da documentação que deveria ser juntada, até correção dos requerimentos, mas inviabilizar, formalmente a decisão é perfeita, agora... (interrompido)

DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO (RELATOR)

A segurança foi denegada, por isso que ele investe contra a sentença. Vossa Excelência, Desembargador Ricardo Paes Barreto, monocraticamente foi o Relator do recurso.

DESEMBARGADOR RICARDO PAES BARRETO

E consta dos autos, ele juntou a cópia, não juntou, determinativa?

DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO (RELATOR)

Vossa Excelência proferiu uma decisão unipessoal.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR RICARDO PAES BARRETO

Negando seguimento.

DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO (RELATOR)

Aliás, decisão do Desembargador Fernando Cerqueira.

A decisão terminativa é de Vossa Excelência, Desembargador Ricardo Paes Barreto. Vossa Excelência negou seguimento ao presente apelo, mantendo a decisão de origem que denegou a segurança em todos os seus termos. Foi interposto recurso de agravo. A Câmara, à unanimidade, nega provimento ao recurso de agravo.

DESEMBARGADOR RICARDO PAES BARRETO

Esse acórdão é que seria a decisão a ser rescindida.

DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO (RELATOR)

Seria a decisão a ser rescindida.

DESEMBARGADOR RICARDO PAES BARRETO

Houve citação de tudo já, Desembargador, nesse aí?

DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO (RELATOR)

Houve parecer do Ministério Público.

DESEMBARGADOR RICARDO PAES BARRETO

Pelo acolhimento da preliminar e pela improcedência da ação no mérito.

Na discussão, eu faço ver aos eminentes Pares que é uma questão formal, é uma questão que, em se dando oportunidade ao autor emendar a inicial e fazer a adequação do pedido rescisório, ele poderia assim o fazer, e aí não o fazendo, seria a hipótese, realmente, de extinção.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO (RELATOR)

Bem, eu processo a rescisória, determino a citação do município de Nazaré da Mata, o município de Nazaré da Mata comparece aos autos e contesta, depois os autos são encaminhados ao Ministério Público, o Ministério Público se manifesta.

DESEMBARGADOR RICARDO PAES BARRETO

Consta aqui da proposta de Vossa Excelência pelo acolhimento da preliminar.

DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO (RELATOR)

E o Ministério Público inclusive suscita a preliminar, tendo em vista a equivocada formulação de rescisória em que se indicou incorretamente o acórdão pacífico de rescisão, enseja a extinção do processo sem julgamento de mérito, não sendo possível a correção do pedido inicial pelo órgão judicante.

DESEMBARGADOR RICARDO PAES BARRETO

Não se altera aí no caso o pedido, o que se altera são os fundamentos de base aí que... (interrompido)

DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO (RELATOR)

Eu, então, fiz o relatório, encaminhei à revisão a cargo do eminente Desembargador Erik de Sousa Simões, o Desembargador Erik determinou a inclusão do feito em pauta.

DESEMBARGADOR RICARDO PAES BARRETO

Eu fiz e faço essa indagação, Desembargador Relator, Desembargador Revisor, porque eu costumo quando observo um vício dessa natureza, e é evidente que isso se dá por deficiência do profissional que não está, talvez, devidamente habilitado, tecnicamente falando, para que ele possa na medida do possível corrigir e que a justiça aproveite o processo, embora aparentemente ele não tenha direito no mérito, mas poderia ter em tese. E se ele tivesse estaria prejudicado o direito dele porque o profissional que o assistiu não está devidamente qualificado. Então, eu tenho já agido dessa forma em outros processos, em, digamos assim, procurar salvar o processo para que se chegue no mérito e que se diga se o direito controvertido é bom ou não, se tem



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

ou não tem o direito que foi pretendido, e não afastar a prestação jurisdicional de fundo que é a mais importante de todas por uma questão que, para mim, se apresenta formal.

Como a Turma já decidiu dessa forma, apenas faço esse registro, não suscitarei questão de ordem no sentido de... (interrompido)

DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO (RELATOR)

Eu trago aqui, Desembargador Ricardo Paes Barreto, vários acórdãos, do Superior Tribunal de Justiça, a pretensão rescisória direciona-se contra sentença do Primeiro Grau, contudo, nos termos do art. 512 do CPC, *o acórdão que decidiu o mérito da causa substituiu a decisão a quo não sendo juridicamente possível pretender rescindir a sentença e deixar incólume o acórdão substitutivo.*

DESEMBARGADOR RICARDO PAES BARRETO

Que não é possível, eu sei, Desembargador Jorge. Agora, deve-se ou não dar oportunidade de parte fazer a correção? A minha indagação é essa. Que não é possível, se ele foi intimado, e: *não, eu quero rescindir é a sentença mesmo.* Aí tenha paciência.

Agora, se eu der uma oportunidade ele fizer a correção, o foro tem condições de apreciar o mérito.

DESEMBARGADOR ANTENOR CARDOSO SOARES

Mesmo porque ele pode equivocadamente ter se referido ao acórdão como se fosse sentença mas trazer toda fundamentação necessária para que seja apreciado o mérito da causa.

DESEMBARGADOR RICARDO PAES BARRETO

E tem mais, Desembargador Antenor, o acórdão está nos autos. A certidão de trânsito em julgado está nos autos. A ação é tempestiva. O demais do rito foi cumprido, apenas o profissional inadvertidamente, talvez achando que a rescisória é uma ação comum como a outra que vai de todo jeito e não observou de se referir ao acórdão e, evidentemente, quando ele se referir ao acórdão, ele vai ter também que trabalhar com a sentença, porque a sentença é no mesmo sentido, o acórdão ratificou a sentença.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

Eu apenas faria essa indagação para salvar o processo, se for o caso, e possamos, digamos assim, adentrar no mérito e julgar se esse direito...

DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS FIGUEIRÊDO (PRESIDENTE)

Eu, dificilmente, vou votar, a possibilidade do empate aqui beira zero, mas eu só queria fazer uma ponderação para pensamento do colegiado. A primeira diz respeito exatamente, se, muitas vezes, não somos nós do Judiciário que damos causa de recorribilidade, porque, vamos, perdoe-me a comparação, mas é algo como alguém que está na beira da Catarata do Iguaçu e alguém sacode um graveto e: *te segura aí*. Não há futuro. E cria uma expectativa na parte para algo que a gente já sabe, de antemão, que não há futuro.

E a segunda ponderação diz respeito ao seguinte: Trata-se de ação originária. A extinção proposta é sem julgamento de mérito, portanto, se ainda dentro do prazo dos dois anos da rescisória, como não houve enfrentamento do mérito, a parte pode, perfeitamente, ajuizar outra ação rescisória. Se a gente deve postergar em questão de ordem, mandar intimar, se isso é valioso ao próprio aparato do Judiciário, porque se a parte quiser e puder, se estiver dentro do prazo da rescisória poderá fazer.

DESEMBARGADOR RICARDO PAES BARRETO

Presidente, eu aqui fiz a indagação porque, como bem lembra sempre o Desembargador André Guimarães, nós temos trabalhado com precedente aqui. O Desembargador André sempre: *Olha, vamos ter cuidado para não criar o precedente de um jeito e depois estar julgando de outro*. É por isso que eu digo: Eu compreendo. Se há tempo, ele pode repetir, mas a repetição de ação é ruim porque no lugar de um processo teremos dois, um, e vem outro depois.

DESEMBARGADOR ANTENOR CARDOSO SOARES

Outras custas e outros honorários advocatícios.

DESEMBARGADOR RICARDO PAES BARRETO

Tudo isso vai ser gerado, nesse mundo de processo que a gente vive trabalhando é mais um processo. Se o direito de fundo é ruim, e aqui aparenta ser ruim, mas poderia ser bom, eu digo não aqui, mas em casos outros que venham para frente.

Patricia Santos



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS FIGUEIRÊDO (PRESIDENTE)

Eu vou colocar como questão de ordem.

DESEMBARGADOR RICARDO PAES BARRETO

Não, porque é uma preliminar. O eminente Relator acolhe a preliminar e o Revisor também.

A Turma acolhe a preliminar de extinção de processo por falta de procedibilidade.

DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS FIGUEIRÊDO (PRESIDENTE)

Vou coletar votos a respeito da preliminar.

Desembargador Itamar Pereira, como vota Vossa Excelência, acolhe ou rejeita a preliminar? Lembrando que a turma acolheu. Não há divergência na Turma.

DESEMBARGADOR ITAMAR PEREIRA

Senhor Presidente,
Eminentes Pares,
Douto Procurador,

É interessante a questão porque, em princípio, poderia se cuidar de um erro grosseiro, a toda evidência que o objetivo nosso me parece, é aquele que deve enfrentar as questões no mérito em si para proclamar o direito e não no meio do caminho atropelarmos esse procedimento para acolher questões formais que inibem esse nosso exame; Mas em caso, parece-me que há peculiaridade que não me permite acolher o posicionamento externado pelo Desembargador Ricardo, com a devida vênia, porque, na verdade, já tendo havido citação, já tendo havido resposta, embora o Desembargador Ricardo entenda que não há mudança do pedido, parece-me que haverá sim, porque se o pedido rescisório está feito diretamente voltado à sentença, o novo pedido será feito, rescisório, voltado ao acórdão.

Parece-me que há realmente uma alteração de pedido, embora a fundamentação seja a mesma. Eu adoto nos meus processos, os processos que eu presido a mesma postura do Desembargador Ricardo para tentar aproveitar ao máximo as querelas trazidas pelas partes. Mas eu não me sinto confortável, nesse momento, ao ponto de aquiescer no caso específico por mais flexibilidade que eu tenha no entendimento da questão ora discutida.

Primitos

497
Se



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

Eu acho que as ponderações do Desembargador Ricardo devem ser adotadas em todos processos, porque também é a posição que eu também acolho e peço vênias a quem entenda de modo diverso, mas, no caso concreto, eu não vejo como acolher a forma posta pelo Desembargador, sem entender que não haja alteração do pedido, o que é vedado expressamente pela legislação.

DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS FIGUEIRÊDO (PRESIDENTE)

Portanto, Vossa Excelência acompanha a Turma, acolhendo a preliminar?

DESEMBARGADOR ITAMAR PEREIRA

Eu peço vênias ao Desembargador Ricardo e acompanho a Turma.

DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS FIGUEIRÊDO (PRESIDENTE)

Desembargador Rafael Machado!

DESEMBARGADOR RAFAEL MACHADO

Acompanho a Turma.

DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS FIGUEIRÊDO (PRESIDENTE)

Desembargador André Guimarães!

DESEMBARGADOR ANDRÉ GUIMARÃES

Senhor Presidente, Eminentíssimos Pares, mesmo considerando ponderáveis a manifestação e os argumentos do eminente Desembargador Ricardo Paes Barreto, eu peço vênias para acompanhar a Turma, no caso concreto.

DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS FIGUEIRÊDO (PRESIDENTE)

Desembargador José Ivo!



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARADOR ERIK SIMÕES (REVISOR)

Eu não votei o mérito ainda não.

DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS FIGUEIRÊDO (PRESIDENTE)

Mas a gente está votando a preliminar que Vossas Excelências acolheram.

DESEMBARADOR ERIK SIMÕES (REVISOR)

Porque está votando com a Turma e eu ainda não tinha votado.

Meu voto está em três laudas (fls. 491/493 dos autos) e coincide com o voto do eminente Desembargador Relator, inclusive trago jurisprudências desta Casa nesse sentido.

DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS FIGUEIRÊDO (PRESIDENTE)

Estamos só votando a preliminar, por enquanto.

Desembargador José Ivo, como Vota Vossa Excelência?

DESEMBARGADOR JOSÉ IVO DE PAULA GUIMARÃES

Senhor Presidente, eu peço vênias aos que me antecederam, mas eu acompanho o Desembargador Ricardo Paes Barreto, por quê?

Nós sabemos, como bem o Desembargador Ricardo aqui afirmou, que alguns causídicos não se expressam como deveriam se expressar, mas fazem o pedido, o pedido seria para se atacar aquela decisão de primeiro plano onde fora ratificada no segundo plano. Então, a partir do momento que não existe uma explicação, ou melhor dizendo, devidamente esclarecida pelo causídico, mas a sua intenção é atacar tanto o acórdão como a decisão *a quo*. É aquela história, aquela frase latina: *Dá-me o fato que eu te darei o direito*. Não é outra coisa não. O advogado se expressa em atacar no âmbito geral tanto o acórdão como a sentença. Quando ele vai querer atacar a sentença é porque ele está esclarecendo, melhor dizendo, de uma forma não explícita que o acórdão que ratificou aquela decisão de primeiro plano.

Então, eu acho que nesse caso aí, antes de se extinguir a ação rescisória porque é uma ação, de certa forma decadencial, se tem dois anos para se

Patricia Santos



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

ingressar com a mesma, eu acho que é um prejuízo muito grande para as partes, independentemente que seja de um lado um particular ou o Estado.

Então, eu acho que se deve, neste caso, acho que é até uma questão de se aplicar a justiça, de os conceder o prazo para que haja esse esclarecimento ou a emenda da exordial.

Portanto, peço vênia aos que me antecederam e acompanho as colocações feitas pelo Desembargador Ricardo Paes Barreto.

DESEMBARGADOR ANTENOR CARDOSO SOARES

Eu sempre adotei esse posicionamento da jurisprudência que é citado pela Turma, ou seja, o que o deveria ter sido atacado seria o acórdão e não a sentença. Mas vejo com um certo lamento que os tribunais, via de regra, privilegiam a forma em detrimento do conteúdo, isso talvez por excesso de serviço e nesse afã de extinguirmos processos, normalmente agimos assim: Ora, você não atacou o acórdão, você deveria ter atacado o acórdão, você atacou a sentença. Então, eu não enfrento o mérito. Mas eu achei muito razoável essas ponderações que foram trazidas pelo Desembargador Ricardo Paes Barreto, e eu me comprometo nesses casos de rescisória de também daqui para frente agir dessa forma e conceder a parte a possibilidade de emendar a inicial ou mesmo havendo a possibilidade de examinar o mérito, enfrentar o mérito. Portanto, peço vênia a Turma, que realmente é o entendimento dominante da jurisprudência, mas acompanho a divergência do Desembargador José Ivo.

DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS FIGUEIRÊDO (PRESIDENTE)

Desembargador Fernando Cerqueira!

DESEMBARGADOR FERNANDO CERQUEIRA NORBERTO DOS SANTOS

Senhor Presidente, eu acompanho a divergência estabelecida pelo Desembargador José Ivo e tomo por empréstimo os argumentos esposados pelo Desembargador Antenor Soares.

DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS FIGUEIRÊDO (PRESIDENTE)

Desembargador Ricardo Paes Barreto, eu estou aqui com dúvida no seu voto.

Barreto



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR RICARDO PAES BARRETO

Pois não.

Eu repito aqui que o juízo de adequação quem faz é a justiça. A petição pode vir errada como for, a justiça tem obrigação de aproveitar o processo, só extingui-lo em última hipótese, quando a parte mesmo oportunizada insista em erro grosseiro que o próprio magistrado não possa de ofício fazer as correções. Então, o aproveitamento de um processo é a obrigação maior que tem o magistrado, principalmente quando a parte não está assistida por um advogado devidamente qualificado, coitado, às vezes, por uma má-formação na escolaridade, às vezes porque não é a área de atuação, porque está fazendo um favor a um parente, a um amigo, a uma pessoa mais humilde e entra com uma ação rescisória que não é uma ação fácil. O próprio Estado de Pernambuco cansa de entrar com ações rescisórias e, às vezes, aqui, a gente julga ela como inadequada, até para a gente compreender adequadamente a ação rescisória não é fácil, existem casos que a gente fica em dúvida, nós que que julgamos no dia a dia. Então, mesmo nesse momento em que já houve contraditório, que já houve parecer do Ministério Público e que o feito está apto a ser julgado, eu ainda assim entendo que deve ser oportunizada a correção com a parte podendo ainda dizer: *na verdade eu não quis pedir a rescisão da sentença porque eu me equivoquei, eu quero é que se rescinda o acórdão, o conteúdo de um é o mesmo do outro.*

Então não há, penso eu, com todo respeito a quem entende em sentido contrário, eu penso que não há alteração de pedido. O pedido é um só, para que o conteúdo da sentença ratificado pelo acórdão seja declarado desconstituído pela ação rescisória. E isso não altera, digamos assim, substancialmente o que se pede, o procedimento.

Então, o meu voto é exatamente nesse sentido que o feito seja retirado de pauta para que, afastando a imediata extinção do processo, para que a parte autora seja autorizada o direito de emendar a inicial, e sendo o caso, no retorno, que possamos enfrentar o mérito.

É assim que voto, Senhor Presidente, pedindo vênias, evidentemente, a quem entende em sentido contrário.

DECISÃO:

"POR MAIORIA DE VOTOS, VENCIDOS OS DES. JOSÉ IVO, ANTENOR CARDOSO, FERNANDO CERQUEIRA E RICARDO PAES BARRETO, FOI ACOLHIDA A PRELIMINAR DE EXTINÇÃO DA RESCISÓRIA SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, COM BASE NO ART. 267, VI, COMBINADO COM O ART. 295, INCISO I, PARÁGRAFO ÚNICO, E INCISO III, DO CPC,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DEVENDO O AUTOR ARCAR COM AS CUSTAS E HONORÁRIOS
ADVOCATÍCIOS, NOS TERMOS DO VOTO DA TURMA".

Patricia Santos